

Autarquias: o deve e o haver

Em 2015 a dívida dos 308 municípios atingiu 5.783 milhões de euros, quase 3.000 milhões é dívida a bancos. Apesar de significar menos 30% do que em 2010, é ainda um grande montante. Comparando com a dívida direta do Estado na mesma data - 226.363 milhões de euros – a dívida dos municípios representava 2,5% daquele valor.

É certo que se verificou, ao longo dos anos, um grande desperdício nos gastos dos municípios. São disso exemplo, entre muitos outros, os equipamentos e infraestruturas (ETAR's, parques industriais ou tecnológicos, pavilhões desportivos, centros culturais, etc) que deviam servir vários territórios contíguos, e que foram projectados e construídos para utilização unicamente num âmbito municipal, tantas vezes sem correspondência com a população existente.

O Bloco de Esquerda tem combatido o despesismo de muitos dos autarcas, a falta de cuidado na utilização dos dinheiros públicos, a pouca informação aos munícipes. E devemos continuar na primeira linha da exigência por contas certas e contas claras, por uma gestão autárquica que acrescente valor aos territórios e não desvalorize o património municipal, por autarquias que sirvam o desenvolvimento da cidadania.

Mas ser-se rigoroso quanto aos gastos das autarquias, não pode significar alheamento quanto ao valor, intoleravelmente baixo, das transferências do orçamento do Estado para as autarquias. O deve mas também o haver, as despesas mas também as receitas das autarquias, têm que estar bem presentes na nossa intervenção local.

Não podemos aceitar que para o conjunto das 3.091 freguesias do país o montante transferido anualmente, correspondente ao Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), não atinja sequer os 200 milhões de euros, uns meros 0,13 % do valor global do orçamento do Estado. E para os 308 municípios, apesar do aumento de 74 milhões de euros no OE 2017, as transferências ao abrigo da lei das finanças locais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação no IRS) atingem somente o montante global de 2.574 milhões de euros.

Nesta situação de grande aperto no financiamento das autarquias através do orçamento do Estado, impõe-se a todas/os que querem um poder local democrático um grande empenhamento na concretização de propostas que visem o crescimento da receita fiscal dos municípios, para uma resposta adequada às exigências da cidadania.

Não é aceitável que os municípios continuem sem aplicar o agravamento da taxa do IMI aos imóveis ou fracções habitacionais devolutas, degradadas ou em ruínas. Não é aceitável que as misericórdias mantenham o privilégio senhorial de não pagar IMI dos

prédios de que são proprietárias e que estão arrendados para fins habitacionais ou de comércio.

Nem é mais aceitável que alguns municípios continuem sem cobrar às operadoras de telecomunicações a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, agora que passou a vigorar a proibição de esta ser reflectida na factura aos consumidores, alteração pela qual o Bloco de Esquerda muito se bateu nos municípios e no parlamento.

Não é aceitável que em muitos municípios do país não seja aplicada a derrama, uma espécie de adicional ao IRC das empresas que apresentam lucros, o que na prática significa isentar deste imposto municipal a EDP, a REN, a Galp e demais empresas de combustíveis, os bancos, as seguradoras, as grandes superfícies comerciais e tantas outras sociedades com instalações em mais que um município.

E será ou não de propor e aplicar novas taxas municipais, que decorram dos impactos negativos para as comunidades locais da utilização privada do espaço público ? A taxa municipal sobre o turismo, que temos defendido na cidade do Porto, deve ou não ser concretizada ? E se já é taxada a ocupação do espaço público pela venda ocasional de gelados ou de castanhas assadas, porque não aplicar uma taxa pela utilização das ruas nas operações bancárias através das ATMs., como já acontece em muitas das cidades de Espanha (valor médio de 350€/ano) após renhida disputa judicial ?

Nas cidades dos nossos dias, o espaço público é cada vez mais utilizado como instrumento de acumulação do capital. É preciso travar a segregação socio-espacial. Para que o espaço público seja reconquistado pela cidadania, os autarcas têm um papel decisivo, também quanto ao reforço financeiro municipal ao serviço duma cidade justa.

José Castro – jurista, membro da Assembleia Municipal do Porto, eleito pelo BE